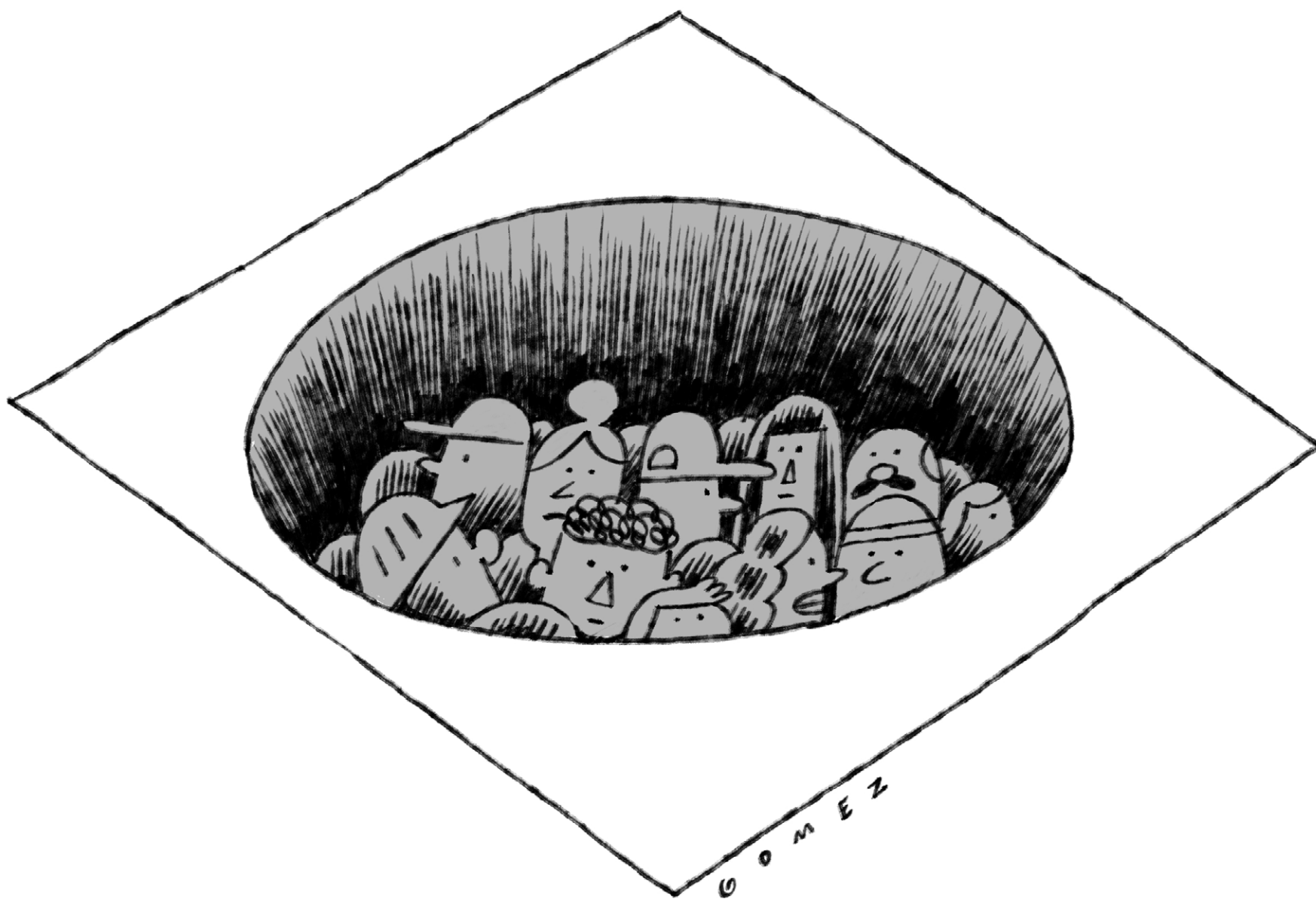


Contas nacionais no vermelho

» SACHA CALMON
Advogado



Vejamos um editorial de respeito do jornal econômico conhecido por *Valor*: “Bolsonaro estourou o orçamento, com a conivência da turma do Centrão no Congresso e o silêncio tácito do mercado financeiro, para continuar com fôlego na corrida eleitoral. Mas é Lula, que reabriu esta semana a temporada dos grandes comícios, numa praça em Belo Horizonte, quem se mantém à frente, e com folga!” Até 2 de outubro, os dois vão chamar a atenção mesmo de quem detesta política, com acusações mútuas no horário eleitoral e falar da situação da economia. É possível desatolar o país da estagnação. Os números de crescimento econômico, de recuperação do emprego e do refluxo da inflação são enganadores, ao sugerir uma situação que não corresponde à tendência de longo prazo. Ela é de regressão para a indústria de manufaturas, promissora para o agronegócio e a mineração, e artificial para os agregados que formam a macroeconomia, especialmente a situação das contas fiscais.

Fosse, como diz o ministro da Economia, Paulo Guedes, parecendo um vendedor de carro usado, e os presidentes Bolsonaro e da Câmara, Arthur Lira, não teriam iniciado o ano dando beijo no pagamento de dívidas vencidas e transitadas em julgado, vulgo precatórios, a pretexto de arrumar fundos para rebatizar de Auxílio Brasil o Bolsa-Família, com bônus de R\$ 100 por mês.

Como não bastou para tirar Lula do topo das pesquisas, a dupla, com o apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, fez mais do que acusaram Dilma Rousseff de ter feito, justificando, com isso, o seu impeachment. O que as evidências estão a indicar tinham, na verdade, o fim de inabilitar Lula para a

eleição de 2018 e lançar as âncoras do Estado mínimo (privatizar, a preço depreciado, o que resta de estatais e exaurir as políticas sociais e os programas de apoio à indústria e à pesquisa).

Foi golpeando a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que o teto de gastos orçamentários foi posto de lado. Arrumaram o caixa para dar R\$ 200 a mais entre agosto e dezembro aos assistidos do Auxílio Brasil. E o fizeram contando com o silêncio cúmplice dos auditores durões do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos analistas de agências de risco soberano, dos economistas ouvidos pela imprensa, de empresários que pediram à Dilma benesses como a baixa forçada da eletricidade e depois a rifaram...

Não há como o PT esconder o desgoverno a seu tempo, gerando os desvios na Petrobras pelos apiguados dos partidos que estão na base de apoio de Bolsonaro e comandam o Congresso. A Lava-Jato destacou o PT, mas foram quadros do PL de Bolsonaro e do PP de Lira, Ciro Nogueira e Ricardo Barros, líder do governo na Câmara, os que mais devolveram os dinheiros desviados da Petrobras...

Hoje, acontece a mesma coisa, pelos mesmos partidos, mas com nova metodologia. O orçamento secreto envolve verba fiscal entregue a deputados e senadores em troca de lealdade a Bolsonaro e aos caciques do Centrão, sem que se saiba o nome de quem empenhou os recursos e sem inspeção dos projetos dos políticos em suas zonas eleitorais. Será secreto até quando vir a público a investigação do Tribunal de Contas da União. É esperar.

Se a burocracia do Tesouro Nacional de Dilma fez o que entrou para os anais da política como “pedaladas

fiscais” e encobrir rombos da lei orçamentária, a equipe “ultraliberal” de Bolsonaro violentou a autonomia federativa, emendando a Constituição, às vésperas do pleito de outubro (1922).

Desviou recursos do ICMS dos estados e municípios vinculados à saúde, à educação e à segurança pública para cortar o preço do diesel, da gasolina e da luz. E, sim, para ninguém tascar o dinheiro do tal orçamento secreto — R\$ 16,5 bilhões este ano, R\$ 19,5 bilhões para 2023, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias sancionada por Bolsonaro. Não se fala de um troco, fala-se de dinheiro grosso.

O passivo dos precatórios empurrados para frente está projetado em R\$ 200 bilhões em 2023. A receita do ICMS desviada para desinflar o preço dos combustíveis foi estimada pelo Conselho de Secretários de Fazenda dos estados, o Confaz, em R\$ 80 bilhões. Esse ônus será compensado de um jeito ou de outro, uma vez que envolve o custeio de programas demandados pela sociedade, como a saúde e a educação, que são uma obrigação dos estados e municípios, além das polícias. Se projeta uma enorme pressão sobre o novo Congresso. É que dá o congelamento dos salários do funcionalismo federal que dura três anos, e há categorias sem reajuste desde 2017. (Também não foram ocupadas as vagas devido às aposentadorias).

Os anarcocapitalistas aplaudem, enquanto o meio ambiente é degradado pelo desmonte do Ibama e da Funai — bolsas de extensão universitária não têm reajuste desde o governo Dilma — e projetos científicos carecem de orçamento. A pesquisa militar não tem continuidade.

É o país no ralo...

Meio ambiente e os tribunais de contas

» RUY MARCELO

Procurador do Ministério Público de Contas do Amazonas

Em 15 e 16 de setembro, ocorreu, em Manaus, o I Congresso Ambiental dos tribunais de contas, promovido pelos tribunais de contas amazônicos, por entidades que congregam essas Cortes e seus membros, tais como a Associação Atricon e o Instituto Rui Barbosa (IRB), em parceria com a Transparência Internacional, a coalizão Mapbiomas, a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), dentre outras instituições devotadas ao combate à corrupção e à defesa do meio ambiente.

Em pauta, o fortalecimento do Sistema Tribunais de Contas para repressão ao desmatamento ilegal que ameaça a integridade do bioma Floresta Amazônica. Palestras e palestrantes de alto nível e, ao final, termo de cooperação entre os tribunais de contas da Amazônia Legal e o lançamento da correspondente “carta pela Amazônia”, compromisso solene de providências concretas, imediatas, sistêmicas e integradas em prol do objetivo do evento.

Mas o que os tribunais de contas, que desempenham o controle externo da Administração Pública, tem a ver com a defesa do meio ambiente e da Amazônia? O questionamento não é incomum, mesmo entre os operadores do direito. Há quem até mesmo cogite aparente usurpação de função judiciária e ativismo ilegítimo, “fora das quatro linhas da Constituição”.

Isso se deve a uma visão demasiadamente apegada a antigos e ultrapassados conceitos de contabilidade e de finanças públicas, que ainda desconsideravam o

componente da gestão ambiental nas contas públicas. A moderna contabilidade ambiental, especialmente a baseada na economia ecológica e nas finanças verdes, inseriu definitivamente o assunto na pauta de trabalho dos tribunais de contas.

Quem diz hoje controle financeiro, contábil e orçamentário da administração pública não pode ignorar os ativos socioambientais do Estado, que, a despeito de precariamente monetizados, valem certamente uma grande e imensurável fortuna no patrimônio público, não bastassem significarem questão de vida ou morte para a preservação da saúde e da qualidade existencial das presentes e futuras gerações.

A esse respeito, é oportuno destacar o desafio inadiável de o Brasil avançar na concretização dos ditames da Lei nº 13.493/2017, que estabelece o dever de cálculo do Produto Interno Verde PIV, equivalente ao patrimônio ecológico nacional, com vistas à consolidação de sistema de contas ambientais em convergência com os adotados em outros Países.

Ora, a Amazônia é o nosso maior ativo ambiental, declarado constitucionalmente como patrimônio nacional das presentes e futuras gerações, a mercê de mais enfática proteção pelo Poder Público e pela sociedade! Aliás, segundo o art. 225 da Constituição, não só a Amazônia, mas o próprio equilíbrio ecológico em abstrato e os recursos naturais com função ecológica constituem bem público de uso comum do povo em sentido especial.

Igualmente, aos tribunais de contas compete

avaliar os passivos ambientais estatais, com auxílio da contabilidade de custos. Por seu intermédio, afastam-se danos socioambientais e externalidades negativas pelos quais o Estado e seus agentes devam responder, tanto como poluidor causador, bem como por motivo de omissão de fiscalização e de regulação.

Por outro lado, os tribunais de contas enfrentam invariavelmente a temática ecológica ao avaliar os orçamentos públicos, tendo em vista o caráter eminentemente programático destes, onde se espelham todas as políticas públicas. A lei do plano plurianual (PPA) elenca todos os programas e ações estatais de médio prazo, dentre os quais, os voltados à defesa do meio ambiente, do clima e das florestas, do combate à poluição e de promoção do desenvolvimento sustentável.

E não há nisso nenhuma mácula ao Poder Judiciário. A este último é reservado o papel de compor os litígios garantindo tutela contra ameaça e lesão a direitos individuais e coletivos. Sem rivalizar nem em nada subtrair, ao contrário, oferecendo valiosas contribuições à instrução de ações coletivas, o sistema tribunais de contas faz avaliações técnicas estruturais, operacionais, patrimoniais e sistêmicas, estando adequadamente munido de recursos para acompanhar paulatinamente a execução das políticas públicas, como indutor de seu desenvolvimento e melhoria progressivos, com o suporte de seu plantel de auditores de carreira.

Que sejam bem-sucedidos em sua nobre empreitada os tribunais de contas amazônicos!

Das telas para o afeto

» GUILHERME TONHOZI DE OLIVEIRA

Especialista em desenvolvimento infantil e adolescente, é psicólogo educacional dos colégios do Grupo Positivo

O desenvolvimento infantil é apoiado por muitas habilidades sociais, cognitivas e emocionais que permitem às crianças avançarem em suas conquistas diárias. Atualmente, percebemos dificuldades nesses avanços a ponto de os pequenos desenvolverem distúrbios emocionais e psicológicos significativos. Transtornos de ansiedade, de humor e relacionados ao estresse são cada vez mais comuns nos consultórios e na vivência escolar, principalmente nas últimas décadas com o aparecimento da Geração Z, nascidos entre o fim da década de 1990 até 2010, ou da geração Alpha, nascidos após 2010.

São gerações totalmente conectadas às telas, que têm o referencial de espera e resolução de problemas vindas de aparelhos que podem ser ligados apertando apenas um botão, sendo, portanto, bastante imediatistas e tendo poucas habilidades para lidar com as frustrações. São gerações que têm maior acesso às informações e permanecem muito mais tempo em seus celulares e tablets, gerando maior distanciamento dos relacionamentos interpessoais e vivências reais com os pares.

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), mais de um em cada sete meninos e meninas, com idade entre 10 e 19 anos, vivem com algum transtorno mental diagnosticado. A pesquisa demonstra também que uma mistura de experiências, fatores genéticos e ambientais, desde os primeiros dias de vida, incluindo parentalidade, escolaridade, relacionamentos, exposição à violência, discriminação, pobreza e emergências de saúde, molda e afeta a saúde mental das crianças ao longo da vida.

Estudo de 2019 da Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que crianças de até quatro anos devem passar, no máximo, uma hora em frente a telas de forma sedentária, como assistir à TV ou jogar no computador e que, se possível, esse tempo deve ser reduzido. Atualmente, observamos que as crianças demonstram muitas dificuldades e lacunas nos processos de desenvolvimento e podemos afirmar uma forte relação com o uso exagerado de telas mesmo nas pequenas idades.

Tal modificação no processo de desenvolvimento experienciado pelas crianças de hoje, mais conectado e rápido, pode trazer melhoras na curiosidade e visão de mundo, com maior acesso a informações e conectividade com pessoas de diferentes lugares. Porém, dependendo do tempo expostas às telas, ficam mais impacientes e têm pouca vivência do mundo natural, tão importante para a construção de habilidades sociais e experiências sensoriais.

Esse pode ser um dos motivos de termos, a cada dia, mais crianças com diagnósticos de atrasos de desenvolvimento e dificuldades sensoriais e emocionais. Observamos, na prática clínica, crianças com crises de ansiedade e irritabilidade por serem contrariadas e pais com medo de impor limites e regras por terem que enfrentar tais comportamentos. Assim como os adultos, as crianças também têm temperamento variável, porém necessitam aprender a identificar o que estão sentindo.

Tal processo é denominado atualmente de alfabetização emocional e propõe que a criança tenha acesso às emoções, saiba reconhecer e identificar cada uma delas, assim como lidar com as resoluções de conflitos e anseios frente às situações. Nós, como pais e profissionais, devemos estar atentos e sermos facilitadores desse aprendizado, questionando nossa rotina e conduta e, sempre que necessário, encaminhando a profissionais especialistas para que o desenvolvimento da infância possa ser conduzido da melhor maneira possível.